



ENTENDA O PROJETO QUE REGULAMENTA O MERCADO DE CARBONO NO BRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou na última terça-feira (19) o projeto de lei (PL) que estabelece o mercado regulado de carbono no Brasil. O sistema permitirá a compra e venda de créditos de carbono, uma medida destinada a reduzir a emissão de gases de efeito estufa e combater as mudanças climáticas. Após a aprovação, o PL segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Como funciona o mercado de carbono

De acordo com a proposta, empresas que emitirem mais gases poluentes do que o limite permitido deverão comprar créditos de carbono para compensar suas emissões. Já quem emitir menos poderá vender seus créditos, gerando uma nova fonte de receita. Os créditos podem ser obtidos por meio de investimentos em áreas verdes ou projetos que diminuam emissões, como a utilização de energia renovável.

Regras e fiscalização

Com a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), serão definidos limites de emissão para empresas e organizações. As empresas que emitirem mais de 10 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano terão que enviar relatórios periódicos detalhando suas emissões e planos de monitoramento.

Para aquelas que ultrapassarem 25 mil toneladas de emissões anuais, será obrigatório apresentar um relatório de conciliação ambiental, que comprova o cumprimento das metas de redução e a posse de créditos suficientes para compensar as emissões líquidas realizadas. Empresas que não cumprirem as regras estarão sujeitas a multas e outras penalidades ambientais.